



JORNAL OFICIAL

I SÉRIE – NÚMERO 36
TERÇA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 2016

ÍNDICE:

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Resolução n.º 35/2016:

Aprova a contração pela Região Autónoma dos Açores de um empréstimo no montante de 40.000.000,00 (quarenta milhões de euros) a conceder pelo consórcio Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, C.R.L. e Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L..

Página 853

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

GABINETE DE EDIÇÃO DO JORNAL OFICIAL

Endereço electrónico: <http://jo.azores.gov.pt>

Correio electrónico: gejo@azores.gov.pt



**SECRETARIAS REGIONAIS DO TURISMO E TRANSPORTES E DA
AGRICULTURA E AMBIENTE**

Portaria n.º 29/2016:

Aprova o Regulamento de Acesso à Reserva Natural da Montanha do Pico. Revoga a Portaria n.º 44/2012, de 11 de abril.

**JORNAL OFICIAL****PRESIDÊNCIA DO GOVERNO****Resolução do Conselho do Governo n.º 35/2016 de 22 de Março de 2016**

Considerando que o Decreto Legislativo Regional n.º 1/2016/A, de 8 de janeiro, diploma que aprovou o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2016, prevê no seu artigo 8.º a possibilidade do Governo Regional contrair empréstimos, até ao montante de €188.943.000,00 (cento e oitenta e oito milhões novecentos e quarenta e três mil euros), dos quais €138.943.000,00 (cento e trinta e oito milhões novecentos e quarenta e três mil euros) respeitam a uma operação de refinanciamento.

Considerando a necessidade da Região Autónoma dos Açores de contrair um financiamento no montante de €40.000.000,00 (quarenta milhões de euros) no corrente ano de 2016, sem que esta operação acarrete qualquer aumento de endividamento;

Nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea a), d) e e) do n.º 1 do artigo 90.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Conselho do Governo resolve:

1- Autorizar a contração pela Região Autónoma dos Açores de um empréstimo no montante de €40.000.000,00 (quarenta milhões de euros) a conceder pelo consórcio Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, C.R.L e Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L.

2- Autorizar o Vice-Presidente do Governo Regional, em nome da Região Autónoma dos Açores, a negociar os termos e condições, aprovar a versão final e assinar o contrato de financiamento e quaisquer outros instrumentos acessórios que entenda serem necessários ou convenientes.

3- A presente resolução produz efeitos no dia seguinte à data da sua publicação.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, em Ponta Delgada, em 21 de março de 2016. - O Presidente do Governo Regional, *Vasco Ilídio Alves Cordeiro*.

S.R. DO TURISMO E TRANSPORTES, S.R. DA AGRICULTURA E AMBIENTE**Portaria n.º 29/2016 de 22 de Março de 2016**

A Montanha do Pico encerra um conjunto de valores naturais que determinaram a sua classificação como reserva integral, através do Decreto n.º 79/72, de 8 de março. Esse estatuto de proteção foi reforçado e alargado com a criação da Reserva Natural da Montanha da Ilha do Pico, operada pelo Decreto Regional n.º 15/82/A, de 9 de julho, e posteriormente

**JORNAL OFICIAL**

reclassificada e integrada no Parque Natural do Pico, criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2008/A de 9 de julho.

A preservação dos valores naturais em presença na Reserva Natural da Montanha da Ilha do Pico exige um controlo dos acessos e a aplicação de regras de comportamento compatíveis com os objetivos inerentes à classificação daquela parte do território como área protegida.

Não obstante o artigo 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 20/2008/A, de 9 de julho, definir as atividades interditas e condicionadas na Reserva Natural da Montanha da Ilha do Pico, não se encontra definido o regime de acesso à Montanha, nomeadamente a escalada, nem regulados os aspetos específicos referentes às atividades lúdicas e de visitação que podem ser realizadas naquela área protegida.

A regulamentação desses aspetos resulta da necessidade de melhor promover, gerir e valorizar os recursos e valores naturais e culturais da área protegida, ordenando e regulamentando as intervenções suscetíveis de os degradar, e de garantir o acesso em segurança dos visitantes, tendo em consideração as naturais dificuldades no acesso e os riscos indissociáveis à prática de montanhismo numa área natural com as características da Montanha do Pico, sujeita a frequentes mudanças meteorológicas e a largos períodos de visibilidade reduzida.

Por outro lado, a execução da política de conservação da natureza e da biodiversidade deve pautar-se pelo princípio da compensação, pelo utilizador, dos impactes resultantes do uso e fruição dos recursos naturais.

É neste contexto que se procede à redefinição das taxas de acesso e se estabelecem mecanismos de responsabilização dos visitantes, enquanto instrumentos de proteção ambiental daquela reserva natural e de estímulo ao desenvolvimento de atividades com recurso a operadores especializados e acompanhadas por guias de montanha devidamente habilitados, e se promove a abertura da Casa da Montanha durante todos os dias, embora com períodos distintos – mais ou menos longos – em função da época do ano.

Foram ouvidos os membros do Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CRADS), a Associação de Municípios da Ilha do Pico (AMIP), a Associação Comercial e Industrial do Pico (ACIP), bem como as empresas de animação turística e os guias da Montanha.

Assim, manda o Governo Regional dos Açores, pelos Secretários Regionais do Turismo e Transportes e da Agricultura e Ambiente, nos termos do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril, da alínea f) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 20/2008/A, de 9 de julho, e do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2012/A, de 3 de julho, o seguinte:

1.É aprovado o Regulamento de Acesso à Reserva Natural da Montanha do Pico, que constituiu o anexo à presente portaria, da qual é parte integrante.

**JORNAL OFICIAL**

2.É revogada a Portaria n.º 44/2012, de 11 de abril.

3.A presente portaria produz efeitos a partir do dia 1 de maio de 2016.

Secretarias Regionais do Turismo e Transportes e da Agricultura e Ambiente.

Assinada em 29 de fevereiro de 2016.

O Secretário Regional do Turismo e Transportes, *Vitor Manuel Ângelo de Fraga*. - O Secretário Regional da Agricultura e Ambiente, *Luís Nuno da Ponte Neto de Viveiros*.

ANEXO**Regulamento de acesso à Reserva Natural da Montanha do Pico**

Artigo 1.º

Âmbito e objeto

1.O presente regulamento estabelece o regime de acesso à Reserva Natural da Montanha do Pico, na Região Autónoma dos Açores, abrangendo todas as pessoas que pretendam:

- a)Desfrutar dos valores paisagísticos, ecológicos e geológicos da Montanha do Pico;
- b)Desenvolver outras atividades na Montanha do Pico, designadamente por motivos de trabalho, estudo científico e prestação de serviço público.

2.O disposto no presente diploma não se aplica às operações de resgate, de emergência e de segurança, bem como aos trabalhos de manutenção do trilho ou de conservação da natureza.

Artigo 2.º

Visitantes

1.O acesso à Montanha do Pico, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo anterior, pode ser efetuado de forma autónoma ou através de um serviço prestado pelas entidades habilitadas a que se refere o artigo seguinte, e carece de autorização do Parque Natural do Pico.

2.Os visitantes com idade inferior a 16 anos devem ser acompanhados por titular do poder paternal ou de indivíduo maior de idade, devidamente autorizado por declaração escrita daquele.

Artigo 3.º

Entidades habilitadas a operar na Montanha do Pico

1.Apenas podem operar na Reserva Natural da Montanha do Pico as entidades registadas como empresas de animação turística, bem como, nas condições definidas na legislação aplicável, as agências de viagens, as empresas proprietárias ou exploradoras de empreendimentos turísticos e os empreendimentos de turismo da natureza, reconhecidos pelo departamento do Governo Regional competente em matéria de turismo.

**JORNAL OFICIAL**

2.As entidades referidas no número anterior prestam o respetivo serviço através de guias da montanha, reconhecidos pelo departamento do Governo Regional competente em matéria de ambiente, devendo ser disponibilizado, pelo menos, um guia de montanha para cada grupo de 15 visitantes.

3.Os guias da montanha devem fazer-se acompanhar da respetiva identificação e de um comprovativo em como trabalham ou prestam serviços para entidade referida no n.º 1 do presente artigo.

Artigo 4.º**Outras atividades**

1.Sem prejuízo do cumprimento de legislação e regulamentação específica, as atividades a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 1.º dependem de autorização prévia do departamento do Governo Regional com competência em matéria de ambiente.

2.O requerimento apresentado para o efeito deve ser fundamentado e identificar de forma inequívoca a atividade a desenvolver e a área de intervenção.

Artigo 5.º**Trilho e capacidade de carga**

1.O acesso à Montanha do Pico, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 1.º, é efetuado pelo trilho PR4 PIC Montanha, assinalado no terreno.

2.A capacidade de carga de referência para o percurso é de 160 visitantes, em simultâneo, podendo ser reduzida ou aumentada, até 25%, por decisão do diretor do Parque Natural do Pico, tomada para um período específico, em função do estado do trilho e das condições meteorológicas.

3.A capacidade de carga máxima no acesso ao Pico Pequeno ou Piquinho é de 30 visitantes, em simultâneo, não podendo a permanência de cada visitante ultrapassar um período máximo de trinta minutos, salvo tratando-se de visitante acompanhado por guia da montanha, em que esse período pode ser prolongado por mais trinta minutos, a requerimento de entidade referida no n.º 1 do artigo 3.º.

4.As entidades a que se refere o n.º 1 do artigo 3.º podem operar em áreas fora do trilho PR4 PIC Montanha, desde que o requeiram, identificando de forma inequívoca as atividades a desenvolver e a área de intervenção, e tal seja previamente aprovado pelo departamento do Governo Regional com competência em matéria de ambiente, que fixa as condições de acesso, a capacidade de carga e as taxas devidas.

**JORNAL OFICIAL**

Artigo 6.º

Autorização

1. Os pedidos de autorização a que se refere o artigo 2.º são efetuados através de formulários específicos, cujos modelos estão disponíveis no portal do Governo Regional na Internet e ainda:

a) Na Casa da Montanha e na sede do Parque Natural do Pico, durante os respetivos períodos de funcionamento;

b) No quartel dos Bombeiros Voluntários da Madalena, fora dos períodos de funcionamento da Casa da Montanha.

2. Os formulários individuais são acompanhados de declaração de responsabilidade pela segurança e conduta na Reserva Natural da Montanha do Pico e de exclusão de qualquer responsabilidade da administração regional por acidentes que ocorram durante o percurso.

3. Os formulários de grupo, incluindo um termo de responsabilidade de grupo, apenas podem ser apresentados pelas entidades referidas no n.º 1 do artigo 3.º, quando estas sejam responsáveis pela segurança e conduta dos visitantes a seu cargo.

Artigo 7.º

Plataforma de reservas

1. O Parque Natural do Pico disponibiliza uma plataforma na Internet destinada à realização de reservas de acesso à Montanha do Pico, para utilização exclusiva pelas entidades referidas no n.º 1 do artigo 3.º.

2. A adesão à utilização da plataforma a que se refere o número anterior opera-se mediante requerimento dirigido ao diretor do Parque Natural do Pico.

Artigo 8.º

Funcionamento da Casa da Montanha

O funcionamento da Casa da Montanha é assegurado pela Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza – Azorina, S.A., em coordenação com o Parque Natural do Pico, garantido a respetiva abertura nos seguintes períodos:

a) De 1 de junho e 30 de setembro, durante todo o dia;

b) De 1 a 31 de maio e de 1 a 15 de outubro, ininterruptamente das 8 horas de sexta-feira às 20 horas de domingo e nos restantes dias das 8 às 20 horas;

c) De 16 de outubro a 30 de abril, todos os dias das 8 às 18 horas.



Artigo 9.º

Taxas de acesso, informação e equipamento de rastreio

1. Para além da autorização a que se refere o artigo 6.º, o acesso à Montanha do Pico está sujeito ao pagamento das seguintes taxas, a cobrar pela Azorina, S.A.:

- a) € 10,00 – por cada visitante que efetue a escalada de forma autónoma;
- b) € 5,00 – por cada visitante que aceda efetue a escalada de forma autónoma e seja detentor do cartão “Amigo dos Parques”;
- c) € 5,00 – por cada visitante que efetue a escalada através de um serviço prestado pelas entidades referidas no n.º 1 do artigo 3.º;
- d) € 2,50 – por cada visitante que efetue a escalada através de um serviço prestado pelas entidades referidas no n.º 1 do artigo 3.º e seja detentor do cartão “Amigo dos Parques” ou a referida entidade seja aderente do programa “Parceiro dos Parques”;
- e) € 2,00 – por cada visitante que efetue o acesso à Furna Abrigo, com exceção dos detentores do cartão “Amigo dos Parques” para quem este acesso é gratuito.

2. O acesso ao Pico Pequeno ou Piquinho por quem efetue a escalada de forma autónoma está sujeito ao pagamento de uma taxa suplementar de € 2,00 por cada visitante.

3. As taxas referidas nos números anteriores são liquidadas nos locais a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º, antes de iniciado o acesso à Montanha, e, no momento da respetiva liquidação, é disponibilizado um equipamento de rastreio e prestada ao visitante informação sobre o presente regulamento, as condições e duração média do percurso, as regras de comportamento e de segurança, a previsão meteorológica, e os termos e condições das operações de resgate.

4. Quando o acesso seja feito através de um serviço prestado pelas entidades referidas no n.º 1 do artigo 3.º, cabe a estas a liquidação das taxas de acesso e o levantamento dos equipamentos de rastreio, bem como a prestação das informações referidas no número anterior.

5. As taxas devidas por reservas efetuadas através da plataforma a que se refere o artigo 7.º devem ser liquidadas com uma antecedência de 7 dias relativamente à data de realização da atividade, sob pena de cancelamento automático da reserva.

6. A Azorina, S.A., assegura o reembolso integral das taxas antecipadamente pagas quando as reservas sejam canceladas com, pelo menos, 48 horas de antecedência relativamente ao início da atividade, bem como nos casos em que a atividade não se realize em virtude da interdição do acesso à Montanha, nos termos do disposto no artigo 11.º.

**JORNAL OFICIAL**

Artigo 10.º

Devolução do equipamento de rastreio

1.No final da atividade, o equipamento de rastreio deve ser entregue na Casa da Montanha ou, fora dos períodos de funcionamento desta, no quartel dos Bombeiros Voluntários da Madalena.

2.A não devolução ou danificação do equipamento de rastreio constitui os respetivos utilizadores na obrigação de indemnizarem pelo prejuízo causado.

3.No momento da disponibilização do equipamento de rastreio o visitante ou a entidade referida no n.º 1 do artigo 3.º pode optar pelo pagamento de uma taxa de exclusão de responsabilidade em caso de danificação, no valor de € 25,00 por cada equipamento.

4.A não devolução do equipamento de rastreio implica o pagamento de uma indemnização de € 275,00, deduzido o valor da taxa referida no número anterior, quando esta tenha sido paga.

5.A danificação do equipamento de rastreio implica o pagamento de uma indemnização de € 275,00, salvo no caso em que o utilizador esteja excluído dessa responsabilidade, em virtude de ter efetuado o pagamento da taxa a que se refere o n.º 3 do presente artigo.

Artigo 11.º

Interdição do acesso

O acesso à Montanha do Pico pode ser interditado:

a)Por razões de segurança que decorram de aviso emitido pelo departamento do Governo Regional com competência em matéria de proteção civil;

b)A visitante que se faça acompanhar de criança de colo;

c)A visitante que apresente anomalia psíquica, ou sintomas de embriaguez ou de estar sob o efeito de substâncias psicotrópicas;

d)A visitante que não possua o equipamento adequado para efetuar o percurso.

Artigo 12.º

Atividades interdidadas ou condicionadas

Na Reserva Natural da Montanha do Pico são interditados ou condicionados os atos e atividades enunciados no artigo 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 20/2008/A, de 9 de julho.

**JORNAL OFICIAL**

Artigo 13.º

Resgate

1. Para efeitos do presente Regulamento, entende-se por resgate a operação de busca e salvamento na Reserva Natural da Montanha do Pico, efetuada pelos serviços de proteção civil e necessária para o auxílio ou recuperação de um ou vários visitantes.

2. São imputadas aos visitantes ou às entidades referidas no n.º 1 do artigo 3.º, nas circunstâncias a que se refere o n.º 3 do artigo 6.º, as despesas inerentes a resgate efetuado em resultado do incumprimento, ainda que negligente, do presente Regulamento, incluindo o desrespeito pelas normas de segurança aplicáveis ao montanhismo e pelas normas de conduta na Montanha do Pico, ou que tenha sido solicitado sem justificação.

Artigo 14.º

Regime contraordenacional

1. Constitui contraordenação, a prática dos seguintes factos:

a) A operação de acesso à montanha por entidade não habilitada, em violação do disposto no n.º 1 do artigo 3.º;

b) A prestação do serviço pelas entidades referidas no n.º 1 do artigo 3.º sem guia da montanha, reconhecido pelo departamento do Governo Regional competente em matéria de ambiente, bem como a não disponibilização de um guia de montanha para, pelo menos, cada grupo de 15 visitantes;

c) Os guias de montanha não se fazerem acompanhar da respetiva identificação e de comprovativo em como trabalham ou prestam serviços para uma das entidades referidas no n.º 1 do artigo 3.º;

2. As contraordenações previstas no número anterior são punidas nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 95/2013, de 19 de julho, sem prejuízo da possibilidade de poderem ser aplicadas as sanções acessórias previstas no artigo 32.º do mesmo diploma e nas condições aí previstas.

3. Sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 149.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril, conjugado com os artigos 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 20/2008/A, de 9 de julho, e 12.º do presente Regulamento, constitui contraordenação a prática dos seguintes atos:

a) O acesso não autorizado, a não liquidação das taxas, a saída do trilho PR4 PIC Montanha, bem como a violação da capacidade de carga e do tempo máximo de permanência no Pico



JORNAL OFICIAL

Pequeno ou Piquinho, punível como contraordenação ambiental leve nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 149.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril;

b)A destruição ou alteração da marcação do trilho PR4 PIC Montanha ou de qualquer outra sinalização, punível como contraordenação ambiental leve nos termos da alínea l) do n.º 3 do artigo 149.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril.